

## A PRÁTICA EXTENSIONISTA – ANÁLISE DOS PROJETOS DE ATER NO RIO GRANDE DO SUL

### THE EXTENSION PRACTICE - ANALYSIS OF PROJECTS IN ATER RIO GRANDE DO SUL

Martin Alencar da Rosa Dorneles  
Universidade Federal de Santa Maria  
martin.ard38@gmail.com

Ezequiel Redin  
Universidade Federal de Santa Maria  
ezequielredin@gmail.com

#### Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar e contextualizar os desafios da prática extensionista e o imediatismo dos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O foco são os projetos das entidades executoras vencedoras das chamadas públicas da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) coordenadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). No primeiro momento, abordamos brevemente noções sobre as conquistas dos movimentos sociais, o acesso limitado das políticas públicas e a subjetividade na escolha do público beneficiário dos programas e projetos de ATER. Em seguida, trata-se da forma de trabalho dos extensionistas, a necessidade de mudança na metodologia de coleta de dados e informações de campo, ultrapassando apenas aspectos técnicos. Discute-se o uso de questionários padrões em distintas realidades, limitando a elaboração de futuros projetos. Desse modo, surgem problemas na construção de diagnósticos, pois os idealizadores dos projetos de cooperação técnica, em certa medida, desconsideram aspectos regionais, culturais, históricos e sociais. Por outro lado, são inúmeros problemas de ordem infraestrutura e logística que atrasam ou dificultam o trabalho dos extensionistas. Adiciona-se a isso, a necessidade de cumprir metas e alcançar resultados em curto espaço de tempo. De outra forma, talvez um trabalho em longo prazo torna-se um meio de compreensão mais apurada da complexidade do meio rural e das famílias agricultoras e, através da ação extensionista continuada, possa constituir avanços na prática social e nas políticas para o espaço rural.

**Palavras-Chave:** extensão rural, assistência técnica, política de ATER, imediatismo,

#### Abstract

The objective of this study is to analyze and contextualize the challenges of practical extension and immediacy of projects Technical Assistance and Rural Extension (ATER). The focus of the projects are the winning executive bodies of the public calls the Secretariat of Family Agriculture (SAF) coordinated by the Department of Technical Assistance and Rural Extension (Dater). At first, we address briefly notions about the achievements of social movements, limited access of public policies and the subjectivity in choosing the recipient of public programs and projects ATER. Then it is the form of extension of work, the need for change in the methodology of data collection and information field, surpassing only the technical aspects. We discuss the use of questionnaires patterns in different realities, limiting the development of future projects. Thus, problems arise in building diagnostics, because the creators of technical cooperation projects, to some extent, disregard regional aspects, cultural, historical and social. On the other hand, there are many problems in the infrastructure and logistics that delay or hinder the work of extension. Add to that the need to meet targets and achieve results in a short time. Otherwise, perhaps a job in the long term becomes a means of more accurate understanding of the complexity of the rural and agricultural families and by extension continued action, could constitute advances in social practice and policies for rural areas.

**Keywords:** agricultural extension, technical assistance, policy ATER, immediacy,

## 1. Introdução

Este trabalho representa a conexão entre dois mundos – o mundo da construção das diretrizes legais e teóricas e o mundo da prática social extensionista. Dito isto, não se trata de um contrassenso ou fenômenos totalmente avessos ou especificamente divididos – pois ambos interagem, coexistem em relação mútua e complementar, mesmo que nossas ações tentem, em tese, diferenciá-los. A pesquisa em extensão rural parece apresentar certa obrigação no elo entre os dois mundos; trazer questões práticas ou soluções sensatas, óbvias e possivelmente aptas à aplicação na prática social semelha um desafio veemente buscado, visando estimular o desenvolvimento rural. Como resultado, temos um contexto em que analistas e suas pesquisas tornam-se impulsionadores do convencimento das políticas públicas, em busca da ação ideal para a extensão rural. De outro lado, na ponta do processo, os agentes de desenvolvimento demandando ações com menor burocracia, maior autonomia e prazo de ação e melhores condições de trabalho com intuito de alcançar resultados mais significativos, superando assim, ações pontuais no tempo e espaço, indicadas principalmente nas chamadas públicas atuais.

Vale recordar que os projetos de desenvolvimento rural no Brasil datam desde meados da década de 50, quando se inicia no país, as tentativas oficiais de intervenção no meio rural, fundamentadas basicamente na introdução de pacotes tecnológicos oriundos do avanço da industrialização na agricultura, visando, grosso modo, o consumo de bens industriais pelos agricultores considerados “atrasados” e que “deveriam” ser educados a partir da ação extensionista, através do trabalho de interiorização e difusão. Em 1960, Caporal e Costabeber (2004) ressaltam que ao se realizar uma reunião de avaliação a extensão rural conclui que o trabalho com agricultores de pequena escala não forneceu resultados esperados e se recomenda o trabalho com médios e grandes produtores, com aqueles que estejam aptos a adotar as tecnologias modernas. O público prioritário eram os produtores patronais de commodities agrícolas voltadas à exportação, assim, inicia-se um processo de modernização agrícola baseado na mecanização, crédito subsidiado e industrialização.

Neste sentido, os grandes e médios produtores ligados ao setor exportador e aos complexos agroindustriais, localizados fundamentalmente nas regiões Sul e Sudeste do país, foram os verdadeiros beneficiários dos estímulos governamentais para o meio rural (AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Contudo, a intervenção da extensão rural resultou em problemas ambientais, sociais e econômicos cujos resquícios se estendem aos dias atuais. Em virtude de uma preocupação com o bem estar da sociedade brasileira inicia-se um fórum de discussões em prol da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) e do público prioritário para os projetos de intervenção<sup>1</sup>.

O campo da extensão rural é um verdadeiro transtorno psicológico, recheado de multi-crisis. Existe a crise epistemológica (extensão rural como ciência ou como campo científico), a crise do desenvolvimento (o consenso ou dissenso sobre qual o caminho, estratégia ou método de ação mais ideal para o futuro do rural),

---

<sup>1</sup> Não se pretende abordar o histórico da Extensão Rural no Brasil. Para isso indicamos a leitura de: FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

a crise dos extensionistas (qual a melhor forma de conduzir um trabalho para produção de resultados visíveis), entre outras. Para suprir de forma preliminar e definir os rumos da extensão rural, um grupo de especialistas na área, buscando a maior participação possível elaborou um documento que originou, posteriormente, na política contemporânea. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Política Nacional de Ater foi edificada de forma participativa, em articulação com distintas esferas de governo federal, prestigiando a opinião dos governos das unidades federativas e suas instituições, bem como, os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais vinculados ao rural.

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) forneceu novas diretrizes elaborada em 2003 e formalizada conforme Decreto nº 4.739 de 13 de Julho, e posteriormente, transformada em Lei nº 12.188 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, através de sanção do Presidente da República, ficando a coordenação na competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a supervisão e sua implantação na coordenação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs).

A reconstituição histórica aponta, especialmente, para a preocupação no modo em que os agentes de desenvolvimento (extensionistas) se posicionam frente aos agricultores, impondo novas formas de saber-fazer, usando meios discursivos e, às vezes, coercitivos para o estímulo a adoção de novas tecnologias, indiferentes à realidade local. De acordo com Valente e Mussoi (2009) não restam dúvidas que a PNATER, recentemente proposta e em operacionalização no Brasil, sugere caminhos alternativos de como conduzir a prática dos extensionistas. A política vem com o intuito de inovar, estabelecendo o compromisso de atender as demandas de agricultores familiares, distintos pela heterogeneidade social e étnico-cultural, fundamentada em princípios agroecológicos e metodologias de intervenção participativas, tencionando romper com a tradição formativa e de intervenção hegemônicas que pode colocar em xeque a sua coerência.

Geralmente, a crítica extensionista reporta para o imediatismo dos agricultores nos projetos de desenvolvimento rural, nos quais estes atores rurais pressionam por resultados concisos e em curto prazo. Contudo, os projetos de cooperação técnica derivado das chamadas públicas, ainda que delimitando atendimento personalizado às regiões, tende a padronizar procedimentos, principalmente, na fase de diagnóstico e cumprimento de metas, desconsiderando as distintas peculiaridades do trabalho extensionista e da diversidade e dinâmica do meio rural. Portanto, a elaboração dos critérios e as atividades para a prestação dos serviços, em certa medida, ignoram as dificuldades da ação extensionista, devido as particularidades de cada região. Nesse sentido, Dufumier (2007, p. 22) alerta para “a emergência e o fortalecimento de uma classe de funcionários burocráticos, pouco familiarizados com a realidade agrícola concreta, cujos meios de intervenção no campo nem sempre condizem com as ambições declaradas”.

Ao privilegiar por este recorte, o objetivo deste trabalho é analisar e contextualizar os desafios da prática extensionista e o imediatismo dos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O foco são os projetos das entidades executoras vencedoras das chamadas públicas da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) coordenadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER).

Portanto, estamos direcionados nossa análise pela assistência técnica e extensão rural orientada por contratos, mas que, em certa medida, se coaduna com as ações tradicionais da extensão rural. Diesel (2012, p.50) sustenta que as organizações públicas tem perdido espaço para os agentes privados. A autora fortalece o argumento acrescentando que “a forma tradicional de financiamento de uma organização privada de assistência técnica – mediante prestação de serviços pagos pelo cliente – é considerada desejável na medida em que empodera o agricultor (ele poderá requisitar o serviço que melhor atende as suas necessidades)”. Por outro lado, adverte: “As experiências com privatização da assistência técnica, entretanto, revelaram que os agentes privados só se viabilizam economicamente em circunstâncias muito particulares (em regiões de agricultura dinâmica e lucrativa) e tendem a se especializar em determinados produtos – commodities” (DIESEL, 2012, p.50).

Para esse texto, apresentamos na primeira seção, além desta introdução, a organização reivindicatória em prol de políticas públicas voltadas para os projetos de assistência técnica, a influência das lideranças no acesso dos recursos e o público beneficiado. Em um segundo momento será caracterizado as parcerias entre a entidade de classe e instituições de Ater e questionamentos sobre a metodologia para a busca de informações junto aos agricultores. A seguir, serão apresentados as reflexões acerca da burocracia e o imediatismo dos agentes públicos, destacando os impactos negativos causados nas comunidades rurais, diante da busca expressiva pelo cumprimento de metas, desconsiderando as dificuldades inerentes da ação extensionista; que leva ao não pagamento do serviço, caso elas não sejam atingidas em um período de tempo, ou seja, o produto final é o diagnóstico. Por fim, serão apresentadas as considerações tendo como pano de fundo a crítica das deficiências desse tipo de extensão rural por contrato. Ainda pontuam-se constatações que podem amenizar a distância entre intervenção atual e aquela que deveria ser a ideal, no propósito de facilitar o desenvolvimento e reprodução social das famílias agricultoras.

## **2. Disfunção dos projetos de ATER e dificuldades extensionistas**

Com evolução gradativa da organização dos movimentos sociais do campo, nascidos no final da década de 70 e início dos anos 80, alicerçados na luta pelo direito de posse da terra e dos trabalhadores rurais, as reivindicações nos últimos anos relacionadas à agricultura familiar começaram a ser modificadas – de uma situação de exclusão para uma situação de inclusão, com o redimensionamento das políticas do Estado. As facilidades de acesso ao crédito, a terra, a habitação rural, a infraestrutura, hoje são conquistas evidentes, porém, nem sempre se conseguiu atingir a plenitude do processo, ou seja, muitas famílias agricultoras ficam a margem dos projetos não sendo incluídos no público beneficiário, como propugnam os programas de desenvolvimento.

Essa condição está diretamente ligada à influência exercida por instituições representativas e lideranças locais que, em certa medida, desvirtuam algumas políticas de Estado para beneficiar, apenas agricultores que tenham grau de proximidade ou relações identitárias com os mesmos, seja ela partidária ou

ideológica. Assim sendo, aqueles desvinculados a estas vertentes permanecem à margem dos benefícios advindos dos programas de desenvolvimento voltados para o segmento da agricultura familiar.

Neste sentido, os representantes passam a olvidar os elementos motivadores que unem determinados movimentos, invertendo a luta pela “causa social” para uma condição de luta “política individual”, voltados a interesse meramente pessoal acima dos demais; apropriando-se de informações elencadas pelos programas de desenvolvimento, usando os recursos para beneficiar determinados grupos ou agricultores por anseios de cunho político e particular. Possuir uma informação privilegiada ou ser protagonista de um projeto de cunho social pode ser estratégia usada como disfunção de projetos de desenvolvimento, em outras palavras, o uso oportunista de mecanismos tradicionais promovidos pelas políticas públicas do Estado em prol do favor político, gerando uma obrigação moral dos beneficiários, baseados na reciprocidade. Constatação parecida fez Martins (1999), na obra “O poder do Atraso”, quando afirma que a destinação de verbas atende, quase sempre, as conveniências do próprio político, de sua família ou membros de seu clã político.

Entretanto, essa relação desigual fica mais evidente, quando grande parte dos agricultores não mantém vínculos com associações ou entidades representativas, portanto, aqueles que não possuem uma vinculação ou laços de proximidade com a representação sindical, são excluídos dos benefícios concedidos na execução dos projetos de cooperação técnica (Fig. 1). Callou (2006, p. 15) concorda advertindo que: “muitos dos projetos produtivos financiados pelo Estado estão direcionados às associações, exigindo, por conseguinte, a filiação dos agricultores interessados”.

Neste paradoxo, os desafios interpostos pertinentes às diretrizes estabelecidas pela PNATER propõem processos amplos, de caráter abrangente e altamente complexos. De outro lado, a ATER por contrato, representadas pelos agentes credenciados junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) podem, em certa medida, não estarem preparados ou munidos de capacidade operativa e experiência, equipe técnica, logística e operacional, administração de projetos, infraestrutura e de tempo hábil para dirigirem chamadas públicas de caráter pontual e de curto prazo, mesmo comprovando burocraticamente tais aptidões e estipulados custos no contrato. Elas deparam-se com chamadas públicas que delimitam previamente um percentual de beneficiários, isto é, não contemplam a totalidade das famílias agricultoras e, além disso, ainda existe um direcionamento na seleção balizado pela entidade executora em critérios pouco claros, implícitos e subjetivos. Nesse sentido, Callou (2006, p. 15) afirma: “seja como for, esses aspectos contemporâneos da exclusão social representam desafios para a Extensão Rural”.

Percebe-se, haja vista essa discussão, que os projetos de Ater não têm capacidade para atender todos os agricultores devido às restrições financeiras estabelecidas pela chamada pública, além das restrições das entidades executoras. Três pontos são circunstancialmente questionados pelos extensionistas: a) o cumprimento de prazos e metas que colocam em xeque um bom processo de aproximação e trabalho de extensão rural com os agricultores; b) a inflexibilidade dos questionários que visam suprir um diagnóstico rural da propriedade; e c) a demasiada burocracia dispendendo demasiado tempo de escritório em detrimento do contato com as famílias rurais.

A miscelânea de adversidades é alta. Um processo de desenvolvimento rural plural, pressupostos básicos focados nos objetivos da PNATER, são em face vistos com olhos desconfiados pelos agentes de desenvolvimento, pois estão amarrados em ações extensionistas fragmentadas, e em diagnósticos simplificados, gerando índices estatísticos que pouco acrescentam para o futuro das famílias. A análise diagnóstica das realidades agrárias, conforme Dufumier (2007), tem por objetivo principal identificar e classificar hierarquicamente os elementos de toda a natureza (agroecológicos, técnicos, socioeconômicos) que mais condicionam a evolução dos sistemas de produção e compreender como eles interferem concretamente nas transformações da agricultura (DUFUMIER, 2007). Torna-se óbvio que é necessário um maior tempo de trabalho por parte dos extensionistas para que fossem alcançados os objetivos. De fato, o que na prática é impraticável tendo em vista que os contratos viabilizados por meio de editais são de curta duração, muitas vezes, descontínuos pela não renovação de projetos de Ater. Portanto, o diagnóstico simplificado não alcança as dimensões agroecológicas, técnicas e socioeconômicas em sua totalidade.

Existem certas organizações que anseiam contribuir para o fortalecimento de ações voltadas para o desenvolvimento rural, outras apenas com fins de consolidação de sua estrutura organizativa e financeira. Entretanto, ainda é visível os movimentos alternativos que tem uma postura crítica ao governo através de suas ações. Na intenção de diferenciar dois movimentos divergentes na Região Sul do país, Picolotto (2008, p.1) faz menção a Via campesina e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF):

Com a constituição destas duas organizações nos últimos anos, passaram a ficar mais claras as suas diferentes estratégias de ação na sociedade. Enquanto os movimentos da Via Campesina aparentam estar priorizado o enfrentamento das instituições e da ordem estabelecida, visando privá-las de legitimidade e construir novas formas socioeconômicas descomprometidas com as atuais, a FETRAF aparenta estar procurando contribuir para a alteração das instituições existentes, visando democratizá-las e adequá-las às pretensões de sua base social. A partir destas diferentes estratégias estas organizações têm se afastado e entrado em disputas nos últimos anos.

Picolotto (2008) percebeu as diferenças entre esses movimentos mais acentuadas nos últimos anos, motivadas principalmente pelo relativo fortalecimento da agricultura familiar, via do acesso a políticas públicas contemporâneas. Essas diferenças mobilizaram duas frentes, uma que defendia a organização dos agricultores em forma de movimento, enquanto outra defendia ideia de organização através de estruturas sindicais. Esse impasse resultou numa divisão, a qual surgiu a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL-CUT) e outro movimento sindical denominado Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sendo este último considerado um movimento autônomo (SIQUEIRA, et al., 2009). O MPA movimento mais radical, tem usado de meios coercitivos para suas lutas frente às instituições públicas e organizações privadas como a greve de fome, com isso conquistou crédito financeiro de custeio e investimento mais acessível ao pequeno agricultor, tendo se consolidado como movimento a partir de 1997, expandindo rapidamente desde então, constituindo-se um importante movimento nacional.

Nesse sentido, as reivindicações tiveram um papel relevante junto aos gestores públicos na formulação de políticas específicas de apoio ao pequeno produtor familiar, nas esferas estaduais e federais,

em diversos períodos da recente história brasileira. Na região Sul, as duas entidades contribuíram muito com essa premissa, evoluíram e organizaram-se, criando instituições de crédito solidário, determinando uma mudança de paradigma em relação a sua ideologia e maneira de agir dos seus militantes e líderes que, atualmente, tornaram-se representantes políticos eleitos e identificados com a causa dos agricultores familiares.

A criação da FETRAF-SUL-CUT, se deu após a realização do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar realizada em Chapecó-SC em março de 2001, atualmente já atua em 240 municípios nos três estados da região Sul, sendo dividida em 178 sindicatos, atendendo 300 mil famílias de agricultores familiares. A Via Campesina<sup>2</sup> criada em 1999, através da seção brasileira, é formada por vários movimentos, entre eles os mais conhecidos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e MPA, ambos adotando uma postura crítica e defendendo as diversas formas de agricultura camponesa<sup>3</sup>.

A luta dos movimentos sociais do campo, sejam eles representativos ou não, tem pelo menos revelado de forma mais enfática a necessidade de políticas públicas para a agricultura familiar. No que tange ao caso discutido sobre as chamadas públicas de ATER nota-se que a impossibilidade de atendimento de todos os agricultores necessitados e a posterior falta de critérios justos para sua definição (favorecendo alguns, em detrimento da exclusão de outros), careceria de atendimento da extensão rural pública. No entanto, as próprias empresas públicas, dotada de personalidade de direito privado, estão acessando as chamadas públicas com objetivo de manutenção financeira e de pessoal. Desse modo, a instituição que teoricamente contemplaria as outras famílias está empenhada em editais específicos, em outras palavras, existe um afunilamento específico derivado da “Ater por contratos”, fragilizando a extensão rural pública. Nesse sentido, é oportuno destacar a posição de Canela (2008, p. 6) sob a:

característica ‘sine qua non’ de uma política pública é seu caráter não excludente. Definidas as especificidades do público beneficiário, todos que se enquadram naquele perfil, partidários ou não dos tomadores de decisão, serão atingidos pela medida. Entretanto alguns públicos podem ser maiores do que outros e, efetivamente, a escolha de públicos bastante específicos tem sido uma estratégia secular de manutenção de determinado ‘status quo’.

### 3. A falta de esperança dos agricultores familiares com os projetos

Inicialmente são firmadas parcerias entre os agentes ATER<sup>4</sup>, que formulam e gerenciam os projetos que serão implantados na região pelos órgãos de representativos<sup>5</sup> dos pequenos agricultores, oferecendo toda

---

<sup>2</sup> Segundo a Via Campesina do Brasil (2002, p.5) é “um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é cuidadosamente respeitada”. Nesse contexto, compreendem uma forma de organização internacional de camponeses (pequenos e médios agricultores, mulheres rurais, trabalhadores agrícolas e povos indígenas) que agrupa mais de 100 milhões de camponeses da Ásia, África, América e Europa.

<sup>3</sup> Para uma discussão sobre o campesinato, sugere-se consultar: REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. **Revista Isegoria**. Minas Gerais, UFV, v. 01, n. 01, mar/ago 2011, p. 01-28.

<sup>4</sup> Nesse caso, os agentes de ATER são considerados as cooperativas ou as ONGs.

<sup>5</sup> Órgãos representativos são o MPA, MST, FETRAF-SUL-CUT, etc.

a infraestrutura de apoio ao técnico como, por exemplo, carros, motos, computadores e as dependências físicas, indicando qual será o público alvo que será beneficiado, caso os agentes venham a ser contemplados, a partir da licitação, proposta via o lançamento do edital público para contratação serviços técnicos do MDA. Dentre as posturas adotadas pelos órgãos representativos estão algumas indicações de profissionais técnicos de nível médio e superior que tenham ligação com o movimento para desenvolver o trabalho a campo junto com os agricultores indicados. Isso ocorre mesmo havendo editais abertos para contratação desses técnicos via ONG's e cooperativas de profissionais. Desta forma, muitas vezes, o profissional, não atende o perfil para o trabalho com os princípios da nova PNATER, pois não tem conhecimentos da aplicação prática sobre princípios da agroecologia e de sustentabilidade, assim buscará soluções baseadas no antigo pacote tecnológico, difundido na Revolução Verde. Na concepção de Dufumier (2007), os extensionistas encarregados de assistir os camponeses, com raras exceções, têm uma formação técnica, considerada apenas primária. O processo de seleção realizado pelos camponeses mais jovens recruta os agentes de campo que, quase sempre, só recebem uma formação rápida relacionada diretamente com as técnicas a serem difundidas.

Os projetos de cooperação que estão sendo desenvolvidos em todo o Brasil se aportam de uma metodologia inadequada em determinadas situações, a fim de realizar um diagnóstico da propriedade rural, através de inúmeras perguntas que são realizadas com base em modelos ultrapassados de outras pesquisas já finalizadas, com o anexo de mais algumas questões que não foram arguidas anteriormente. Tal procedimento acaba sendo enviesado, pois geralmente existe uma desconfiança dos agricultores, haja vista que já foram questionados por outros órgãos ou empresas de ATER estatais com abordagens idênticas e não resultando em nenhuma ação efetiva na realidade local. Portanto, naturalmente se percebe uma resistência por parte dos agricultores em fornecer respostas confiáveis, pois até o momento dificilmente ocorreram projetos práticos, baseado nas informações que eles disponibilizaram via questionários.

O tempo e a atenção disponibilizada pelos agricultores, bem como a dificuldade de responder determinados questionamentos, uma vez que estes não utilizam instrumentos de gestão e administração em suas atividades na propriedade, não são retornados em forma de projetos de intervenção no meio rural. Para tanto, parece que os formulários entendem que os agricultores familiares utilizam práticas de gestão da unidade de produção como uma organização empresarial sendo que, muitas vezes, na prática isso não acontece, pois se fundamentam na sua experiência anterior para a gestão de sua propriedade, na premissa da *“tentativa do erro e do acerto”* para a tomada de decisão futura. Esses elementos não são considerados e conferem um impasse entre os elementos técnicos buscados pelos projetos e a realidade diversa dos agricultores.

Os projetos lançados a partir de editais que são destinados a ONGs, órgãos sindicais, cooperativas de crédito, associações e empresas públicas de personalidade privada não preveem, no momento da visita do técnico de ATER, a disponibilidade de tempo dos profissionais para atender as necessidades de ordem técnica dos agricultores, pois trata-se de um diagnóstico apenas baseado em interrogações cansativas envolvendo várias horas e que dependem da capacidade intelectual do agricultor para responder. Existem



alguns casos restritos, onde o técnico consegue completar rapidamente todo o questionário e disponibiliza o restante do tempo para a assistência técnica ao agricultor sendo esta atividade considerada a mais relevante no momento da visita, uma vez que é visível a ausência estatal ou privada no meio rural onde estão inseridas as famílias.

Assim, depois de respondidas as perguntas o agricultor aproveita a presença do técnico para tirar dúvidas em relação a questões técnicas ou mesmo de caráter social. Por exemplo, agricultores pedem informações de como conter o cancro cítrico nas suas laranjeiras, sobre o não desenvolvimento de determinada cultura, após correção do solo ou ainda informações de ordem social, como acesso a bolsas de estudo na Educação Superior e na organização de grupo de mulheres, entre outros. Percebe-se que as necessidades dos agricultores são inúmeras e o descaso dos projetos que visam, somente, diagnósticos sem resultados pontuais e efetivos no local, é motivo de indignação por parte dos agricultores que almejam desenvolver-se no meio rural. Nesse momento é que se marca a falta de uma estrutura de apoio para os movimentos sociais ou para ATER Pública em impulsionar intervenções que possam proporcionar o desenvolvimento rural das comunidades do interior. É possível que as informações oriundas destes diagnósticos possibilitem a formulação de políticas amplas e genéricas, mas isso pouco é perceptível na visão das famílias rurais.

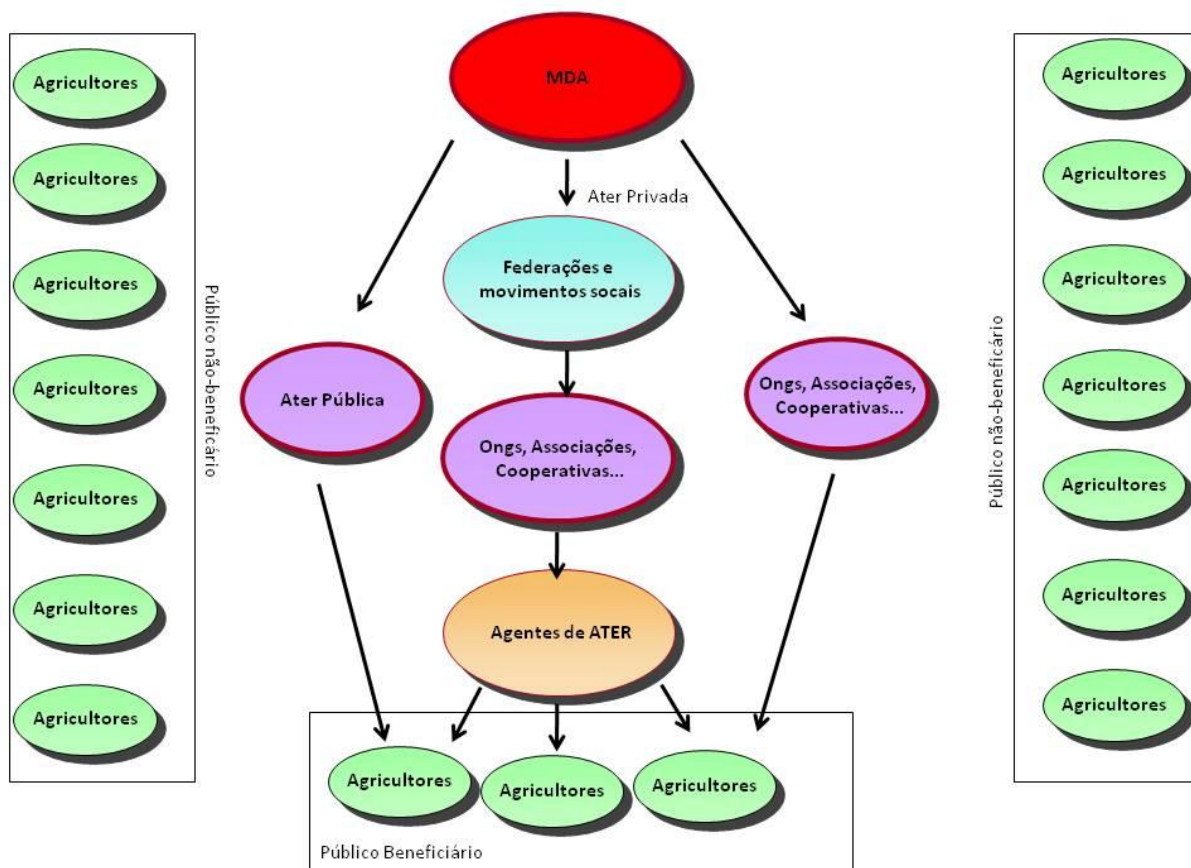


Fig. 1 - Explicação sobre o acesso de políticas públicas de ATER no BRASIL  
 Fonte: Elaborada pelos autores

A figura 1 pretende demonstrar que mesmo havendo a intenção de expansão dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, a mesma não está conseguindo alcançar seus objetivos,

principalmente o de proporcionar atendimento a maioria dos agricultores que necessita de apoio técnico para o desenvolvimento das atividades rurais. Portanto, o MDA distribui recursos de duas maneiras: a) empresas públicas de ATER, por exemplo, a EMATER ou a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), buscando potencializar a ação desta via convênio firmado, sendo que se comprometem em trabalhar com os públicos prioritários como quilombolas, agricultores familiares, indígenas, pescadores, etc; b) via projetos, sendo as ONGs, órgãos sindicais, cooperativas de créditos e associações que concorrem via edital público candidatam-se para executar determinado conjunto de ações envolvendo certo número de agricultores, recebendo recursos financeiros para tal, sendo que o restante dos agricultores deverá ser atendido pela ATER Pública, quando possível<sup>6</sup>.

Indiscutivelmente o que se propõe atentar é que a ATER pública não tem capacidade de atender todos os agricultores, muito menos os projetos de cooperação. Diesel et al., (2006), escrevendo sob uma suposta adoção do enfoque territorial, explanam que o excesso de demandas imediatas legítimas adicionado a precariedade do quadro institucional das organizações de apoio ao desenvolvimento rural conduz que se tenha um modelo de atuação do extensionista orientado por demandas imediatas, inclusive com carga de trabalho com ações desvinculadas entre si e com os programas de desenvolvimento rural.

Dado isso, entende-se que seria necessário implantar em conjunto com a ATER privada, ações simples que já ajudariam no desenvolvimento das comunidades rurais, não se restringindo apenas a coleta de dados, uma vez que sabe-se da dificuldade de conseguir atender os milhares de agricultores familiares em todo o Brasil. Os desafios da nova extensão são apresentar respostas rápidas aos anseios dos agricultores, através das informações colhidas a campo, no entanto, o que acontece é, somente, a primeira ação. Dessa forma, a metodologia é questionada pelos envolvidos por não trazer benefícios, muitas vezes, sendo preferível pelas famílias agricultoras não responder as arguições, pois a maioria considera que não foi contemplada pelas políticas públicas visíveis que justifiquem a visita do extensionista. Entretanto, existem diversas maneiras de iniciar com pequenas ações de caráter social visando uma maior organização e motivação para só assim contemplar as de maior complexidade. Na concepção de Almeida (1992, p. 138):

É um princípio cardinal de extensão que o programa deve ser ao mesmo tempo simples e compreensivo. O programa deve ser apoiado nas necessidades vitais, sentidas pela a população. É evidente que a função da liderança da extensão rural é de ajudar a população a descobrir as necessidades que são desconhecidas. A força das tradições e o apego aos costumes podem ser rompidos por uma habilidosa educação. Sobretudo, no início do trabalho de extensão é importante começar com projetos cuja a significância é facilmente reconhecida ou pode ser demonstrada. Se os projetos iniciais são simples e bem sucedidos a população tem confiança no extensionista e na organização que representa. Após isso, podem ser introduzidos projetos mais difíceis e mais importantes. Assim, o programa evolui e progride essencialmente quando o extensionista aproveita integralmente a situação local e usa materiais que são familiares à população. O programa não deve ser elaborado exclusivamente pelo extensionista. Devem contribuir, além da população beneficiária, outras agências especializadas.

Indiscutivelmente, a intenção é alertar para a necessidade da ação do extensionista a campo, do contrário, investimentos em diagnósticos e coleta de dados não vão passar de simples cumprimento de metas

---

<sup>6</sup> Em certas chamadas de ATER, a empresas públicas concorrem juntamente com as outras instituições.

aliado a dados e informações que não servirão de impulso para uma futura tomada de decisão. Causando, portanto, apenas despesas com investimentos em diagnósticos sem função de caráter local.

Ainda são poucas as respostas para os questionamentos dos agricultores familiares que não tem auxílio de nenhum órgão de ATER que, muitas vezes, estão em situação de abandono no interior do Brasil. Dessa forma serão muitos os desafios da nova Extensão Rural que, talvez, necessite de uma abordagem interdisciplinar para compreensão da complexidade do rural e do ambiente de trabalho extensionista, assessorada por uma equipe de vários profissionais de diversas áreas, para ações de longo prazo, aliando, neste contexto, também a maneira de pensar e de agir do agricultor, levando em consideração seus conhecimentos adquiridos durante vários anos de vivência e interação com seu agroecossistema. Assim o gestor público, o pesquisador, o extensionista, o docente (entre outros) precisam levar em consideração a afirmação de Caniello e Tonneau (2006, p. 24) onde o conhecimento dos profissionais deve ter “um caráter articulador, em que o saber científico e o saber técnico não são hegemônicos, mas trabalham de maneira construtiva com o saber local e a lógica de cada grupo de formação na direção de um conhecimento coletivamente apropriado”.

Parece oportuno destacar sobre os desafios da Extensão Rural, Caporal e Ramos (2006, p. 19-20) onde examinam que: “não se muda a Extensão Rural se não mudarem os extensionistas e a forma de direção e gestão das entidades. É fundamental estabelecer um programa de formação adequado para cada nível”. A partir das constatações empíricas, de modo geral, isto é muito difícil de concretizar dada a necessidade de resultados rápidos e eficazes, o que impede do profissional apontar para metodologias participativas ou outro modo de intervir. De outra forma, de maneira muito forte, existe a inserção das empresas agroindustriais oferecendo assistência técnica privada, prezando pelo sistema convencional e, às vezes, usando do oportunismo em relação às indicações técnicas para aumento de receitas como a venda de insumos agropecuários. Existe, portanto, um dualismo entre assistência técnica e a Extensão Rural, ambas se confundem, o que acaba deixando ao agricultor muitos questionamentos sobre a eficácia das ações.

#### **4. A burocracia e o imediatismo dos agentes públicos**

Muitas vezes, o Estado falhou nas suas aspirações de querer reduzir as prerrogativas dos intermediários e o monopólio teórico atribuído a certas centrais de comercialização estatais quase sempre levou à formação de uma burocracia corrompida cujas ações acabaram revelando-se contrárias aos interesses dos camponeses (DUFUMIER, 2007). Tal burocracia, muitas vezes, não auxiliou na busca de informações completas sobre a realidade do meio rural resultando, assim, em políticas públicas desvinculadas e que não tiveram êxito no Brasil.

A teoria administrativa postulada e estudada por Weber, normalmente nos seus extremos, causa certas rotinizações indispensáveis para o andamento de determinada organização, mas ao contrário, a não aplicação de métodos sobre as tarefas podem envolver a completa desorganização e comprometer a realização dos objetivos (REDIN, SCHLOSSER, TATSCH, 2009). Ela possui inúmeros elementos

positivos (precisão, rapidez, uniformidade, confiabilidade), mas suas desvantagens são reflexos de seu exagero. Merton (1988) ressalta que o deslocamento dos objetivos da burocracia resultou na rigidez e incapacidade de ajustamentos imediatos. Infelizmente, neste trabalho enfocam-se os elementos negativos da teoria que impedem que os diagnósticos e a intervenção no meio rural sejam concretizados de forma que possa contribuir para as comunidades rurais.

A inflexibilidade e a inexistência de um banco de dados centralizado que possibilitaria o acesso rápido das informações dos vários diagnósticos já concluídos por instituições de ensino superior, ministérios e empresas estatais de assistência técnica, oriundos de vários anos de pesquisa em diferentes regiões. Assim sendo, acarreta em um elevado custo para o aparelho estatal realizar novamente outras inserções em um curto espaço de tempo e ainda pensar em estratégias de intervenção imediatas, devido ao pouco tempo de gestão governamental. Desse modo, impõe uma burocracia de metas e prazos imediatos para o extensionista levantar informações a campo, o que acaba gerando um trabalho em condições questionáveis e que possivelmente não represente a realidade rural.

A integração de um canal de informação de acesso a pesquisas e diagnósticos anteriores da realidade rural, que se pretender intervir, serviria de base para a formação da agenda, a definição e análise do problema para a formulação de alternativas que representam as fases iniciais de políticas públicas para intervenção no ambiente. Essas informações eliminam a necessidade do agente de ATER fazer todo um trabalho de levantamento de dados em curto prazo novamente e lhe abastece de condições para ajudar a formular estratégias de intervenção eficazes. Nesse sentido, que é justificada as parcerias dos projetos sociais do governo federal com os órgãos representativos de classe, como por exemplo, as associações e sindicatos que tem contato com “todos” os envolvidos na agricultura familiar, devido à influência de suas lideranças, entretanto, isso não pode ser considerada uma verdade absoluta. A questão passa pela compreensão de qual será finalidade das pesquisas e projetos que mapeiam onde estão inseridos e qual as condições dos agricultores familiares, já que não existe um uso eficaz desses dados. Por enquanto, estão servindo apenas para fins burocráticos de comprovação do trabalho do profissional contratado e a apresentação de um relatório de dados sem aplicação prática alguma.

Sem contar as inerentes dificuldades encontradas para o cumprimento das metas estabelecidas pelos agentes de ATER. Na formulação dos objetivos e o espaço de tempo para finalizá-los não é levado em conta às peculiaridades do trabalho a campo como as péssimas condições de acesso as localidades rurais, as intempéries climáticas, prazos estipulados para o cumprimento de metas que não levam em consideração as dinâmicas agrárias de cada região. A inexistência da atuação extensão pública de fato, demanda do profissional de ATER “contratado” uma atenção maior aos agricultores (com um tempo maior destinado a visita) e um número elevado de famílias por técnico. Além disso, dentro das associações ou cooperativas, que venceram os editais para a prestação de serviço ou que fazem parte da parceria, ocorre um remanejamento dos profissionais contratados para outras atividades diferentes do contrato pré-estabelecido (o objetivo é a busca de informações a campo e o reconhecimento da realidade), postergando, um tempo ainda menor para a visita aos agricultores.

Nesse contexto, presencia-se uma falta de sensibilidade da empresa contratante (Agente de ATER credenciada), sobre o profissional onde é imposta uma série de regras justificadas na prestação de contas para o MDA, sem possuir conhecimento dos entraves encontrados diariamente, fundamentadas em deduções dos formuladores que passam distante da realidade. Isso justifica os argumentos para o não pagamento do profissional, que não conseguiu atingir as metas estipuladas em um período mensal, devido às peculiaridades anteriormente citadas, sem buscar entender os motivos para o não cumprimento, o que acaba desmotivando muito os técnicos contratados justamente pela excessiva carga de trabalho imposta e seu não recebimento por este, uma vez que não conseguem entregar o “produto”, isto é, o número de diagnósticos concluídos.

Assim, as metas audaciosas, estipuladas períodos estreitos de tempo, precisam passar por um processo de avaliação e reordenamento para evitar que se coloque em xeque o trabalho do extensionista e o dinheiro público. Prazos mais longos podem consolidar resultados satisfatórios e, portanto, mais completos em relação às famílias rurais, os beneficiados pelos projetos. Desse modo, os indicadores de avaliação e rendimento do trabalho desconsideram as múltiplas facetas regionais, portanto, inviabilizam-se por tal. Como exemplo, um projeto formulado para agricultores do Sul do Brasil não pode necessariamente ser o mesmo para o Nordeste Brasileiro, pois ambos possuem diferentes particularidades de trabalho e acesso. Portanto, os projetos de cooperação técnica desconsideram aspectos regionais, culturais, históricos e sociais, além das restrições edafoclimáticas que imperam o trabalho dos extensionistas.

Os apontamentos da extensão rural para um enfoque territorial foi discutido por Redin (2010), momento em que salientou seis desafios para essa abordagem: a) a sociedade precisa perceber que é necessária mudança na forma de atuar; b) é relevante integrar todos os planos e projetos de desenvolvimento em longo prazo para evitar conglomerações burocráticas; c) existir investimentos em capacitação, no aumento de recursos humanos, de infraestrutura e flexibilidade nos cronogramas e metas; d) engajamento dos agentes e atores envolvidos no processo; e) reunir parcerias institucionais para facilitar sua condução e, f) após isso, alavancar formas de participação e empoderamento em determinado território.

Os benefícios esperados com a PNATER ainda estão distantes, embora, alguns avanços sejam evidentes, mas a fragmentação e descontinuidade do acesso a essas políticas são empecilhos evidentes, e posteriormente, a implicação para em apresentar rapidamente respostas de ordem prática e social. Para tanto, Valente (2005) alerta que os pilares da PNATER devem seguir o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país. Além disso, enfatiza que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será componente central de todas as ações guiadas pela Política Nacional de ATER<sup>7</sup>.

## **5. Considerações Finais**

O trabalho pretendeu situar os desafios da prática extensionista aliado as interlocuções dos projetos de ATER por contrato em andamento no Brasil. Constatou-se que existe por via dos diagnósticos um

---

<sup>7</sup> Para uma crítica a nova Extensão Rural no Brasil ver Gerhardt (2009).

imediatismo das instituições públicas, através de uso massivo de indicadores inflexíveis, buscando apresentar resultados quantitativos para a sociedade viabilizados pelas políticas públicas, voltadas para a agricultura familiar. Com, isso os processos de conhecimento da realidade dos agricultores por parte dos extensionistas é negligenciado pelas empresas de ATER credenciadas junto ao MDA. Isso provoca a emergência de intervenções, sendo que em casos restritos não apresentam um resultado satisfatório, pois se pauta no imediatismo do planejamento público.

A assistência técnica e extensão rural é reduzida à elaboração de diagnósticos, requisito da burocracia estabelecida, ou seja, existe a necessidade de elencar e sistematizar inúmeras informações das famílias agricultoras em um curto espaço de tempo. Estratégia que impossibilita a criação de laços de confiança entre o agricultor e o profissional de ATER, uma vez que surgem especulações sobre o uso dos dados como forma de repressão e, posterior, impossibilidade de acesso a políticas públicas. Isso provoca um sentimento de desconfiança e receio no momento do diagnóstico, distorcendo a realidade local.

No que tange as contradições entre os agentes de ATER e as organizações representativas sobre suas condutas ressalta-se que, independente da falta de clareza de critérios, são importantes nas articulações no sentido de conseguir atuar no meio rural juntamente com os agricultores. O que se pretende reforçar é que a inexistência de uma identidade ideológica e política, pode atrapalhar que determinadas famílias sejam beneficiárias dos projetos, sendo que o marco ideal, defendido aqui, é uma inclusão democrática e o acesso a “todos” os que necessitam de auxílio para, quem sabe, sonhar com elementos que impulsionem o desenvolvimento rural.

Acentua-se que a capacitação de novos extensionistas em quantidade e qualidade preparados para compreender o complexo ambiente de trabalho, pode e deve fornecer um leque de opções maior para muitas intervenções relevantes, incluindo conhecimentos do estado da arte da extensão rural (os princípios participativos ou agroecológicos norteadores para ação extensionista, aspectos sociais e ambientais, entre outros) visando suprir o enorme número de famílias rurais que não tenha alguma ligação com entidades representativas. A ligação política e ideológica como forma de acesso das famílias a projetos de ATER no país deve ser fiscalizada pelas instituições gestoras para que não ocorra a “cultura do favor” e do “débito político” dos agricultores perante as lideranças locais.

Neste sentido, os extensionistas atuam, somente, em questões orientadas pela ordem social e democrática dos atores através de metodologias participativas. No entanto, como apontam Redin e Silveira (2012, p.05) “o agricultor nem sempre está disposto a ser agente do processo, sendo sua postura de acomodação e fiel ao clientelismo, historicamente constituído, um óbice a novas relações extensionista-agricultor e não cabe mais o enfoque que o agricultor é apenas uma vítima da imposição dos agentes externos”.

Entretanto, para isso é necessário maior comprometimento e profissionalismo na tomada de decisão sobre os possíveis beneficiários. Partindo dessa concepção, a democratização ao acesso as políticas públicas seria desconsiderada a influência externa, ao mesmo tempo visando proporcionar maior autonomia ao técnico nas suas ações com as comunidades rurais no que se refere ao tempo de realização do trabalho e no

cumprimento das metas estipuladas. Estes últimos elementos são relevantes, mas para que isso ocorra é necessário, respeitar o intervalo entre a interação dos profissionais com os agricultores, que justifica um estreitamento dos laços de confiança importantes, possibilitando aos envolvidos o encontro de soluções conjuntas para a resolução dos seus problemas e assim, justificando o não desperdício dos investimentos realizados pela esfera pública.

As entidades parceiras precisam oferecer condições de trabalho a equipe técnica, portanto, para isso é necessário apresentarem alguns requisitos estruturais comprovados efetivamente para participarem dos projetos assistência técnica e extensão rural, como também a mudança de uma condição de voluntarismo para a profissionalização do seu quadro de colaboradores. Situação esta que agiliza todo o processo de apoio logístico e burocrático. Uma vez organizados pela ação extensionista, os agricultores excluídos poderiam incentivar a formação de novas lideranças locais que representariam de fato os agricultores familiares nas diversas entidades parceiras dos projetos.

Dada a autonomia necessária ao extensionista para desenvolver o trabalho, evitando ações, somente, voltadas a produção, mas também nas enfatizando as demandas urgentes e pontuais, escolhendo as prioridades para melhorias das condições de vida dos agricultores, como acesso a capacitação, a saúde, a educação, a moradia entre outras, para só assim, posteriormente, desenvolver projetos mais complexos na medida em que aumente gradativamente a motivação e a organização.

A acessibilidade aos direitos sociais seria a primeira ação extensionista, dependendo da demanda de diferentes famílias ou grupo de agricultores. Uma vez suprida às prioridades de ordem social poderia atender as questões de ordem técnica relacionadas à produção de alimentos, agroindústria e comercialização. Neste sentido, concordamos com Almeida (1992) onde devem ser privilegiadas, primeiramente, as ações extensionistas simples para as mais complexas. Portanto, defendemos que as ações continuadas junto aos agricultores familiares podem fornecer respostas de ordem social aos mais necessitados, onde atualmente se posta um dos maiores desafios da ATER, pois, repetir aos agricultores os mesmos questionamentos de pesquisas anteriores, muitas vezes, não oferecem respostas relevantes para o desenvolvimento de uma política pública voltada, especialmente, à agricultura familiar brasileira.

## **Referências**

ALMEIDA, J. A. A Extensão Rural na perspectiva sócio-antropológica. **Revista de Ciência Florestal**. Santa Maria, v.2, n.1, 1992. P. 133-139.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. **Agricultura Familiar, crédito e mediação institucional: A experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste Brasileiro**. Cuadernos de Desarrollo Rural, número 054 Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colômbia.2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar . **Política nacional de assistência técnica e extensão rural - PNATER**. Brasília. 2007. 26 p.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural: polissemia e resistência. In: IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober) - Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento.

**Anais...** Fortaleza: 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/333.pdf>>, Acesso em 16 de Julho de 2010.

CANELA, G. **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

CANIELLO, M.; TONNEAU, J. P. A pedagogia da universidade camponesa. **Caderno Multidisciplinar – Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro**, Ano 1, n. 1. Juazeiro, Bahia, Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), maio de 2006 (pp. 13-29).

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília. 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>>, Acesso em 18 de Julho de 2010.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília:MDA/SAF/DATER-IICA,2004.

Diário Oficial da União. **Lei da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Brasília: Diário Oficial, 2010.

DIESEL, V. A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional. In: Org(s). DIESEL, V.; NEUMANN, P. N.; CLAUDINO DE SÁ, V.; **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional – reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. P.. 35 - 56.

DIESEL, V.; SELVINO, P. N.; Silveira, P. R. C.; Froehlich, J. M. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, Humberto; HEGEDÜS, Pedro de. **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Departamento de Publicaciones de la Facultad de Agronomía, Universidad de la República Oriental del Uruguay, Montevideo, 2006. p. 31-44.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manuel d'expertise**. Paris: CTA-Karthala, 1996.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas**. [tradução de Vitor De Athayde Couto]. Salvador: EDUFBA, 2007.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

GERHARDT, C. Circularidade discursiva, reificação e os riscos da retórica messiânica da “transição agroecológica” nos discursos da “Nova Extensão Rural. **Anais...** 27º Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS). Buenos Aires/Argentina. ALAS, 2009.

MARTELETO, M. M. et al. **Informação em movimento, Produção e organização do conhecimento nos espaços sociais**. 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/742/74220105.pdf>>, Acesso em 21 de abr. 2010.

MARTINS, J.S. **O poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta**. 2ª Edição. São Paulo. Hucitec, 1999.

MERTON, Roberto King. Estrutura Burocrática e Personalidade. In: CAMPOS, E. (org.) **Sociologia da burocracia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

PICOLLOTTO, L. E. **Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, nº 91, dezembro de 2008. Disponível: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91picolotto.pdf>>, Acesso em 21 de abril de 2010.



REDIN, E. Desenvolvimento territorial: entre a formulação e a aplicação. **Los Planes Esperanza del Humanismo Económico**: el Continente indoamericano, una expresión solidaria, un testimonio histórico. Santa Maria: Facos, 2010, v. II, p. 1075-1088.

REDIN, E.; SCHLOSSER, L.; TATSCH, M. P. Organizações burocráticas: diferentes concepções. **Anais...** Jornada de Pesquisa e Extensão 2009 [recurso eletrônico]. Disponível em: <[http://www.ulbra.br/santamaria/eventos/jornada/2009/JPE2009/\\_final\\_Adm1258124190.pdf](http://www.ulbra.br/santamaria/eventos/jornada/2009/JPE2009/_final_Adm1258124190.pdf)>, Santa Maria: ULBRA, 2009.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. A condição camponesa revisitada: transformações e permanências. **Revista Isegoria**. Minas Gerais, UFV, v. 01, n. 01, mar/ago 2011, p. 01-28.

REDIN, E.; SILVEIRA, P.R.C. Extensão Universitária e Extensão Rural: diferenças e desafios. In: **5º Fórum de Extensão Conta**, 2012, Santa Maria. 5º Fórum de Extensão Conta. Santa Maria, 2012. p. 1-5. Disponível em: <http://portal.ufsm.br/jai/trabalho/arquivo.html?arquivo=2606>. Acesso em 03 de Jan. de 2013.

SIQUEIRA, I. ; REDIN, E. ; VARGAS, D. L. Movimentos sociais e organizações rurais protagonistas por um novo modelo de desenvolvimento. **Anais...** IV Congresso Argentino e Latinoamericano de Antropologia Rural. Mar del Plata/Argentina: Nadar/INTA, 2009.

VALENTE, A. L. E. F. **O ensino na interface da antropologia e da educação: um caso de Extensão Rural**. Revista Educação. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 227 – 241, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/415/312>>, Acesso: 16 de Julho de 2010.

VALENTE, A. L.; MUSSOI, E. M. O Desenvolvimento, a utopia e seus impasses teórico-práticos. **Anais...** In: IV Congresso Argentino e Latinoamericano de Antropologia Rural. Mar Del Plata, 2009.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **Histórico, natureza e linhas políticas internacionais**: Cartilha da Via Campesina. São Paulo, 2002. Mimeo.